



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Programa de Desenvolvimento Urbano da Zona de Interesse Público IP-8”, de responsabilidade da Brasterra Empreendimentos Imobiliários Ltda., realizada na cidade de Cubatão, no dia 12 de setembro de 2006.

Realizou-se no dia 12 de setembro de 2006, às 17h00, no Bloco Cultural da Prefeitura de Cubatão, na Praça dos Emancipadores, s/nº, Cubatão-SP, a audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “**Programa de Desenvolvimento Urbano da Zona de Interesse Público IP-8**” de responsabilidade da Brasterra Empreendimentos Imobiliários Ltda.(Proc. SMA 13.562/1996). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do Consema, **Germano Seara Filho**, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Prof. José Goldemberg, saudava e dava boas-vindas a todos os representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, dos órgãos públicos e das entidades civis e ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA do empreendimento “**Programa de Desenvolvimento Urbano da Zona de Interesse Público IP-8**” de responsabilidade da Brasterra Empreendimentos Imobiliários Ltda. Declarou que tinha a missão de inicialmente compor a Mesa de Trabalhos, chamando para dela fazer parte a representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais-CPRN e do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental-DAIA, a assessora Neusa Marcondes. Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre o projeto específico que seria apresentado, contribuições essas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, o Secretário-Executivo expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução de audiências públicas. Depois de **José Lopes dos Santos Filho**, representante do empreendedor – Brasterra Empreendimentos Imobiliários Ltda. -, apresentar o projeto e de **Sérgio Pompéia**, representante da Consultoria Paulista, empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA, apresentar, com detalhes, as análises que compunham o Estudo de Impacto Ambiental, passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Coletivo das Entidades Ambientistas Cadastradas no Consema. **Fábio Dib** comentou que várias preocupações em relação a esse empreendimento surgiram quando a Comissão de Meio Ambiente da OAB o analisou, e uma delas dizia respeito à expectativa criada em relação a ele, precisamente no que dizia respeito ao seu funcionamento. Observou que considerava temerário aprovar-se um empreendimento contra o qual havia sido impetrada uma ação civil pública e cuja não-ocupação da área era mantida por liminar, sem se saber qual o desfecho que teria essa ação, a qual repetia situações enfrentadas comumente na Região Metropolitana da Baixada Santista, que acabavam no Judiciário. Comentou, ainda, que sua opinião pessoal era que não deveria ser suprimida a vegetação de uma área intacta, mas que, se isso realmente se fizesse necessário, a utilização que deveria ser dada a ela deveria contemplar o lazer da comunidade, e que, em virtude do fato de 60% da população viver em moradias subnormais, esse empreendimento poderia ser usado para construir 2 mil e 900 moradias populares, o que atenderia à demanda existente, e que considerava falha do planejamento essa área ser usada para construção de apenas 400 moradias populares. Comentou que, além da expectativa e da diminuição de mais uma área vegetada na região, era importante a manutenção desse remanescente de mata atlântica, e que se deveria pleitear – o que era legítimo – discutir melhor esse



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

projeto, de modo a que contemplasse mais os interesses da sociedade, e que, para mais tarde não se alegar que não eram “propositivos”, os ambientalistas formularam a proposta de que o projeto deveria contemplar a construção de uma escola de hotelaria, com o objetivo de treinar um grande número de pessoas, uma vez que a Agenda 21 - que, em tese, era construída pela população - propunha que uma das principais atividades de Cubatão, no futuro, fosse o ecoturismo, e a construção de escolas de hotelaria e de hotéis seria uma forma de preparar a sociedade para o futuro e evitar que se repetisse a situação anterior caracterizada pela implantação do pólo industrial, que, ao mandarem embora um número muito grande de pessoas pelo fato de ter-se alterado o modo de produção em todo o Mundo, deu lugar ao surgimento de um grande contingente de pessoas ociosas, as quais precisavam ser treinadas para executar outras funções e atividades. Comentou que, por esses motivos, via esse empreendimento como aquém do que os munícipes de Cubatão poderiam agregar a seu patrimônio. Ao concluir solicitou ao Secretário-Executivo que chamasse atenção dos participantes para o seguinte fato: aqueles que tivessem algum tipo de questionamento e pretendessem ter suas dúvidas sanadas ou desejassem fazer alguma proposição visando o aperfeiçoamento desse projeto que os endereçassem à Secretaria Executiva do Consema, no prazo de cinco (5) dias úteis a partir da data dessa audiência, porque esse material seria encaminhado ao Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental, que o analisaria e o agregaria ao processo de licenciamento. E, mais uma vez, comentou que considerava temerário o licenciamento desse empreendimento nesse momento em que ainda tramitava uma ação civil pública cujo objeto era obstar qualquer tipo de utilização dessa área, porque, se amanhã houver uma sentença judicial determinando que nela nada fosse construído – e essa ação já tramitava há três anos e seu desfecho era imponderável -, a expectativa que existia em relação a ele seria frustrada, o que não era justo. Passou-se à etapa em que se manifestaram os representantes de entidades da sociedade civil. **Ubiratan Ribeiro Maia**, vinculado ao Jardim Nova República, depois de declarar que agradecia aos empreendedores – Grupo Peralta – terem aceito a proposta social que havia feito, declarou ser favorável à implantação desse empreendimento e pedia ajuda à organização não-governamental que administraria o galpão, o caminhão e a perua para que 70 toneladas de alimento que sobriam diariamente fossem distribuídas com as 1 mil e 700 famílias cadastradas, como acontecia com o Ceasa de Campinas. Comentou que havia solicitado também a construção de uma escola profissionalizante através de uma fundação que administraria esse programa social. Observou, em seguida, que era favorável ao empreendimento porque, anteriormente, havia liderado o grupo de pessoas que se manifestaram favoravelmente à sua construção, tendo conduzido um abaixo-assinado com 45 mil assinaturas, e que, nesse novo projeto, o empreendimento se modificara para melhor, porque aumentou a área a ser preservada, pois da área com 3 milhões de metros quadrados mais de 2 milhões seriam preservados. Comentou, também, que esse cuidado ambiental aparecia também na cerca - alambrado -, que separava o empreendimento do mangue e da outra área preservada, pois seria construída uma placa de concreto bastante profunda, de modo a impedir que os animais atravessassem do mangue para a área do empreendimento, correndo o risco de morrerem atropelados. Comentou, também, que os empreendedores investirão 11 milhões de reais em compensações sociais e ambientais não-obrigatórias, e investirão igualmente no programa social ao qual acabara de se referir e que fora criado pelas 53 entidades comunitárias assistenciais, classistas e sindicais que assinaram o documento, e que nunca a sociedade civil organizada se mobilizou dessa forma. Comentou que outro motivo pelo qual era favorável ao empreendimento era porque, embora inicialmente tivesse sido noticiado que esse empreendimento geraria 2 mil empregos diretos, sabia-



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

se, hoje, que ele geraria muito mais, o que era muito importante para Cubatão onde havia cerca de 20 mil pessoas desempregadas, muitas passando fome, e aquilo que sobraria no Ceasa e seria distribuído com a comunidade eram hortaliças, frutas, verduras e legumes, de primeira qualidade, e se chamava de resto porque não era vendido no dia que chegavam dos fornecedores. Ao finalizar, declarou que era necessário se aprovar esse empreendimento porque o assunto jurídico não era problema da população, e, sim, dos Ministérios Público Estadual e Federal, que entraram na Justiça reclamando a titularidade da terra, e porque a sociedade civil organizada, a sociedade séria, quer o desenvolvimento e não aceita a atual situação de Cubatão, com um grande número de desempregados. **Antônio Nogueira Clementino**, representante da Associação dos Usuários de Transporte Coletivo da Baixada Santista, declarou que era favorável à implantação desse empreendimento, que morava em uma área irregular, a Água Fria, que poluía cada vez mais os recursos naturais, e que os moradores desse bairro, se morassem regularmente, pagariam todos os direitos sociais, mas alguns setores burocráticos têm atrapalhado seu desenvolvimento. Observou que os moradores do bairro, pela necessidade que tinham de andar na lama, gastavam muito, por mês, com sapato e roupa, gasto este bem superior ao que tinham os moradores da área urbana que viam contemplados seus direitos de cidadania. Comentou que a população - inclusive crianças - veio para essa audiência a pé com a finalidade de sensibilizar os presentes, e muitos moradores sofriam com doenças do pulmão, em virtude da poeira, o que os levava a gastarem muito com remédios. Comentou, também, que era muito importante o emprego que esse empreendimento geraria, porque até aposentados, que de certa forma já tinham sua vida definida, batiam à porta dos gabinetes dos vereadores para pedir emprego, e muitos outros não tinham nenhuma renda e estavam empregados. Comentou, igualmente, que gostaria de acompanhar a Agenda 21 como documento-base, gerado pela comunidade, para acompanhar esse projeto. **Hélio Muniz Filho**, representante do Comitê de Luta pelo Emprego e Cidadania de Cubatão, comentou, que, há oito anos, muitos companheiros, aqui, estiveram em uma reunião semelhante a essa, no Consema, e saíram de lá, com o V da vitória, pois tinham certeza de que o empreendimento havia sido aprovado, e, surpreendentemente, logo depois, houve as ações que pararam esse projeto, e, recentemente, se teve mais uma derrota com a paralisação do pátio de contêineres da marginal. Declarou, nesse momento, que a classe pobre e os trabalhadores que produzem em Cubatão só vinham perdendo, e via, nesse momento, um grupo de cidadãos que diziam amar essa cidade e representar o meio ambiente, e os bairros-cota – Vila Esperança e Água Fria –, saírem daqui aclamando pela manutenção de uma estrada, e, ainda, falavam de meio ambiente do qual o homem vinha sendo excluído, e que isso não era meio ambiente nem respeito ao ser humano, porque, para respeitá-lo, era necessário reconhecer a dignidade do trabalhador em escolher, no final do mês, seu alimento, as vestes para si e para seus filhos, e não usar demagogia, e até mesmo dar os parabéns aos empreendedores, por toda essa maratona de audiências. Questionou se não seria mais adequado deixar a Maria Mulata, a vegetação naquela grande área, embora houvesse precariedade em Cubatão no que concernia a áreas apropriadas para empreendimentos e de qualidade de vida. Comentou que se precisava identificar aquilo que se achava necessário definir, pois a Agenda 21 era para daqui a vinte anos quando muitos dos presentes não mais estariam vivos, e, se não se definisse, hoje, a aprovação desse processo, se estaria condenando muitos trabalhadores da cidade a irem para o crime, muitos jovens a irem para a cadeia e as meninas a se prostituírem. Declarou ser essa a sua preocupação, ou seja, resgatar o trabalhador, a sua sobrevivência através de seu suor, e era isso que era necessário se discutir. Observou, em seguida, que a audiência era louvável, respeitava todos os ambientalistas, e que, enquanto os



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

ambientalistas defendiam o meio ambiente, ele defendia emprego, porque sabia que o ser humano era três quartos do meio ambiente, e sem o homem para que meio ambiente, para quem, para Maria Mulata, para o caranguejo, para o peixe. Observou, em seguida, que muitos cidadãos levantaram a bandeira ambiental, porque o meio ambiente deles estava bonitinho, nada faltava para os seus filhos e mulheres, como, por exemplo, carros importados, e precisava se definir quem, efetivamente, era ambientalista, quem defendia o meio ambiente. Comentou que os moradores de Cubatão pretendiam tão-somente ter o Ceasa da Baixada Santista, como possuíam Campinas e outras cidades. Reiterou que os moradores querem, também, um pátio de contêineres, porque ele gerava emprego, como o de caminhoneiro, por exemplo, e que, diante da resposta obtida, se calava, mas, antes, se declarava favoravelmente a esse e a outros empreendimentos que vierem para Cubatão. **Sebastião Ribeiro**, representante da Organização Não-Governamental Educação Ambiental Cubatão de Bem com o Sangue, comentou que, diante das palavras ditas anteriormente, concluiu que ou se estava de um lado ou de outro diante desse projeto que era trazido para se discutir e avaliar. Observou que, há doze anos, a família Peralta vinha lutando e permanecendo nessa cidade numa luta diante da qual muitos teriam desistido, e que essa era uma razão pela qual defendia esse empreendimento, com muita coragem, porque o bem social que essa família queria oferecer aos cidadãos cubatenses era o melhor que existia. Observou, ainda, que demonstrava sua solidariedade aos moradores do Bairro de Água Fria e concordava com o ponto de vista de seu representante de que Cubatão era conhecida pelas pessoas que aqui ganhavam dinheiro, faziam aqui sua faculdade e, depois, achando que não necessitam mais dela, transferiam-se para as cidades vizinhas. Comentou que morava há 29 anos em Vila Esperança, enfrentando, junto com a comunidade, todos os desafios, todos os dias, e hoje enfrentava o desafio de colocar um ponto final nessa questão do Ceasa, que já foi “Ceasa Já” e que, hoje, deveria chamar-se Ceasa de Ontem. Comentou que todos os dias lutamos e brigamos, nas esquinas, pelo emprego, principalmente pelo emprego dos jovens da periferia. Observou que não se geravam empregos sem empreendimentos, embora fizesse parte de uma entidade que defende o meio ambiente, porque dele fazia parte, não defendendo um meio ambiente cego. Comentou que o meio ambiente deveria contemplar o caranguejo, o mangue como e o *habitat* do homem, da mulher e do jovem. Comentou, ainda, que seria ilusão entender que as licenças conseguidas o foram nas esquinas. Comentou, também, que havia discutido com o empreendedor a possibilidade de ele construir um prédio a ser utilizado para a formação profissional, e, na hora desse empreendimento sair, se daria a ele o melhor destino, ou seja, utilizá-lo-ia para realização de cursos que o mercado consuma. Concluiu declarando que dava apoio ao empreendimento e pedia o mesmo aos moradores da cidade. **Manoel Bispo**, líder comunitário do Bairro Vila Esperança de Cubatão, declarou que estava contente pelo fato de se discutir uma obra fundamental, a construção do Ceasa, que comparava à história de José Joaquim Peralta com a do menino Felipe, que era visionário, pois José Joaquim Peralta também era visionário ao acreditar na cidade de Cubatão. Comentou que José Joaquim Peralta começou quase do nada e conseguiu construir uma rede de supermercados e, por incrível que pareça, moravam em Cubatão todos os antigos funcionários do supermercado. Observou que Vila Esperança se tornara conhecida como um bairro violento porque não havia oportunidade para os jovens que aí residiam, e só se poderia ocupar a mente da juventude com trabalho social. Declarou que, há tempos atrás, havia afirmado que havia coisas que não voltavam atrás, como aquilo que se dizia e a flecha que se lançava e a oportunidade que se perdia, mas a família Peralta nunca deixou de acreditar na possibilidade de construir um Ceasa em Cubatão, mas pedia a essa família que só contratasse para trabalhar nesse empreendimento as pessoas que residissem em Cubatão, porque é preciso resolver a situação de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

desemprego aí existente. Declarou-se favorável ao empreendimento, e que, embora existissem os “ecochatos”, um dos quais se manifestou e disse que o empreendedor deveria implantar uma rede hoteleira, mas, se Sílvio Santos quisesse implantar um grande hotel aqui em Cubatão, esse mesmo “ecochoato” se manifestaria contrariamente a essa construção, pela preocupação que têm com os animais. Depois de solicitar a esses e “ecochoatos” que tinham pensamentos negativos que se retirassem de Cubatão e fossem morar em outra cidade, reiterou seu posicionamento favorável a esse empreendimento e à família Peralta pelo empenho em implantá-lo em Cubatão, o que os tornava verdadeiros patriotas. **Euzébio Florêncio da Silva**, representante da Sociedade Melhoramentos do Casqueiro-Cubatão, comentou que pretendia conferir objetividade a essa discussão e, inicialmente, declarava que há setenta anos, desde a década de 20, Cubatão agredia o meio do ambiente, o que resultava num dos piores passivos sociais existentes no país e com 70% da população morando em palafitas, de modo miserável. Comentou, em seguida, que, por essas razões, acreditava que algo errado havia no sistema, pois o desenvolvimento não dera retorno social aos trabalhadores. Comentou, ainda, que entendia como demagogia quando se iludia um povo carente, prometendo empregos – o que exigia qualificação, qualidade essa que não existia em Cubatão. Declarou que, apesar de seu posicionamento, não fazia parte da política do não, porque os membros do Movimento do Pátio de Contêineres do Casqueiro e da Sociedade de Melhoramentos lutaram muito para que não colocasse esse pátio no quintal de suas casas, pois essa não era a forma adequada de se gerar desenvolvimento. Acrescentou que Cubatão gerou uma classe média pequena e existia uma dívida muito grande com a cidade, porque o desenvolvimento que houve não criou qualidade de vida, e que já se havia passado a hora daqueles que tinham “mando de indústria” realmente investirem nessa cidade, pois ela tem enriquecido muita gente que só sabe de sua existência porque passam por cima dela de avião. Comentou que, no Rio de Janeiro onde trabalhava, quando dizia que vivia em Cubatão era motivo de chacota, já que todos os que têm dinheiro não moram nessa cidade. Comentou que, para ele, a Agenda 21 era “Alice no País das Maravilhas”, que tornou Cubatão linda, assim como nunca viu um projeto tão bem elaborado como esse. Argumentou que, há um tempo atrás, se construiu um teatro municipal na cidade e ele hoje estava entregue às traças. Reiterou o ponto de vista de outros manifestantes de que os moradores da cidade queriam desenvolvimento, sim, qualidade de vida, sim, mas com transparência, e que pessoas como algumas das que se manifestaram e disseram que não era importante o meio ambiente estavam mentindo, porque o homem era apenas uma parte do meio ambiente, que o mangue, como qualquer pessoa bem informada sabia, possuía uma importância vital, e esperava que os moradores de Cubatão, com um empreendimento desse porte, não ficassem apenas com os restos do Ceasa. **Aluizio Gomes de Souza**, representante do Núcleo Ecológico de Cubatão, declarou que tinha grande prazer em falar nessa tribuna, porque era uma das poucas ocasiões em que Cubatão era democrática. Declarou, em seguida, que muitas pessoas – chapa branca e com camiseta – eram defensoras do projeto do Ceasa, e que se restringiria a ele, porque a intenção quando se deixou seu EIA/RIMA à disposição foi que os moradores o folhassem e que dessem, hoje, sua contribuição. Comentou que esse projeto e o anterior - que pretendiam descer goela abaixo da população – eram verdadeiras aberrações ambientais e havia quem dizia que o Grupo Peralta chegou em Cubatão, antes dos índios. Observou que o atual projeto, em relação ao anterior, caminhou um pouco no que dizia respeito a apreamar, da Ilha Inhapium, que aumentou de 33 para 50 metros e, dessa forma, o mangue fica protegido por esses 50 metros. Reiterou que esse foi o único avanço que a seus olhos esse projeto teve em relação ao anterior. Comentou que outro dado importante era que a construção dessa Central de Abastecimento



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

era uma cortina de fumaça para que outras coisas acontecessem dentro desse empreendimento, que algumas pessoas não conseguem enxergar, e, a seguir, estabeleceu uma analogia entre aquilo que, efetivamente, o Grupo Peralta era e um edifício de 100 andares, do qual a Central de Abastecimento uma quitinete, pois as áreas remanescentes eram mais extensas do que a do empreendimento. Chamou atenção para a área que seria doada ao Poder Público, que, como uma pata de elefante, estragava tudo onde pisava, pois não havia nenhum projeto em relação a essa área, não se construiriam creches, escolas e hospitais num local de comércio, onde existem contêineres, caminhões etc. Declarou que sua opinião era que havia um engodo, como bem mostrava a via que será construída e que passaria pela Saracura, e que alguns profissionais ligados ao projeto o informaram que o empreendedor não era favorável a essa ligação da Ilha Caraguatá com o projeto. Comentou que outro dado importante, constante das folhas 96 do Capítulo VII do EIA/RIMA, dizia respeito à coleta do lixo pela Prefeitura, e se sabia que esse órgão não tinha condições de bancar financeiramente com essa coleta, já que o pagamento dessa que já foi feita era em torno de 1 milhão de reais por mês, ou seja, pagava-se peso de ouro, e, além desse lixo, seriam geradas 1 tonelada e meia de lodo. Afirmou que constava também do EIA/RIMA que esse lixo e esse lodo iriam também para o aterro sanitário, o qual já se encontrava abandonado. Comentou que foi gerente de controle ambiental da cidade e afirmava, com base em dados, que o aterro estava abandonado e que o lixo estava sendo transportado para o Sítio das Neves e quem pagava isso era a população. Declarou que não era “eco-chato”, mas não era idiota em entregar sua cidade para um grupo que não vivia na cidade, só pretendia explorá-la. Declarou que tinha certeza de que esse projeto era um engodo e só serviria para acobertar o Pátio de Contêineres e outras “coisitas” mais. **José Eugênio**, representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cubatão, declarou que, como morador do Vale Verde, próximo ao local do futuro empreendimento, apoiava o projeto, uma vez que ele proporcionaria oportunidades de emprego aos moradores da região, especialmente aos jovens, e que o Ceasa seria uma verdadeira indústria sem poluição, pois aumentaria a arrecadação de impostos para o Município e oportunidades para os moradores. **José Santos Silva Júnior**, representante da Associação de Defesa da Cidadania e de Direitos dos Usuários de Serviços Públicos e Consumidores de Cubatão e Baixada Santista, declarou que nenhum dos ambientalistas que se pronunciaram haviam lutado efetivamente pela defesa dos direitos de Cubatão, e, como fora um dos fundadores da Associação da Vila Parisi, possuía credibilidade para se manifestar em defesa dessa cidade. Afirmou também que, no início de 1998, foi entregue um abaixo-assinado com mais de 40 mil assinaturas favoráveis ao futuro empreendimento, e, no mês de março daquele mesmo ano, o Plenário do Consema aprovou, por dezenove votos favoráveis, esse empreendimento, e que continuava contando com apoio irrestrito das associações comunitárias, classistas, empresariais, civis e de sindicatos. Declarou que as questões pendentes haviam sido contempladas no novo relatório, especialmente no que dizia respeito à disposição de lixo e à utilização de mão-de-obra local, mas que se tratava de uma contrapartida social direta a ser gerenciada pelas entidades vinculadas ao segmento da sociedade civil de Cubatão. Declarou que propunha fossem implementados dois programas: um sócio-comunitário de aproveitamento das sobras não-comercializadas pelo Ceasa e direcionadas à inclusão alimentar da população carente dos bairros periféricos, e um outro de capacitação de mão-de-obra, para exercer atividades relacionadas com culinária - preparação e conservação de alimentos -, o qual deveria ser supervisionado por um colegiado composto por representantes de entidades que subscreveram a proposta. Argumentou, ainda, que o empreendedor deveria, também, construir um galpão com os equipamentos necessários para tal atividade, e que esses programas por certo se tornariam viáveis se



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

a direção do Ceasa e os empresários interessados fizessem parceria como o objetivo de criar uma organização social destinada a prover materialmente as ações do programa, até que ele se tornasse auto-sustentável. Declarou, por fim, que a sociedade de Cubatão era suficientemente esclarecida para não se deixar levar por discursos de pseudo-ambientalistas de plantão. **Genilde Josino Espina**, representante do Conselho da Condição Feminina de Cubatão, declarou que, como moradora do Jardim Nova República, já participara de diversas manifestações favoráveis à implantação do Ceasa e à geração de empregos, e que era tarefa da comunidade a luta em defesa desses empregos, especialmente destinados às mulheres, e que, como munícipe e desempregado, apoiava esse empreendimento, considerando que ele traria desenvolvimento e qualidade ambiental, além de utilizar a mão-de-obra local, o que o tornava uma esperança de dias melhores para a população de Cubatão. **Lucimar Vieira de Faro Melo**, representante da OAB - Seção de Cubatão, declarou que de três anos para cá a sociedade de Cubatão vinha realizando constantes consultas à OAB local e que a credibilidade desse órgão não poderia ficar exposta a dúvidas. Declarou, também, que Fábio Dib, advogado e membro da OAB, possuía muita credibilidade na Comissão de Meio Ambiente da entidade, e que endossava seu ponto de vista de que era temerário o apoio a esse projeto em virtude da ação civil pública contra ele que se encontrava em andamento, que, proposta em 2001, corria com certa morosidade. Declarou, também, ser notório o fato de que esse projeto gerava grande expectativa nos munícipes, mas era preciso que eles levassem em conta que sua implantação, em virtude dessa pendência judiciária, poderia demorar muito, e a audiência não deveria servir de palco para ofensas pessoais e críticas a opiniões contrárias. Comentou, ainda, que, embora fosse inegável a importância da utilização de mão-de-obra local para a implementação desse projeto, afirmou que os ambientalistas presentes poderiam contribuir informando às pessoas sobre o processo, porque amanhã ou depois quem sofreria os impactos seria a própria população local. **Augusto Rocha**, representante da Sociedade Melhoramentos do Vale Verde de Cubatão, declarou apoio ao projeto, que ia ao encontro dos anseios preconizados pela Agenda 21, que norteia o trabalho dos líderes comunitários, no sentido de implementar um processo de desenvolvimento sustentável para Cubatão, e que, como morador há vinte e cinco anos do Vale Verde, desconhecia a existência de empreendimento com tal envergadura, com possibilidade real de empregos para a comunidade e que havia necessidade concreta da qualificação da mão-de-obra local. Ao finalizar, comentou que, de acordo com o projeto, o empreendimento contemplaria, além das edificações residenciais, toda infraestrutura de saneamento e iluminação, diferentemente da situação atual da maioria das habitações, que não possuía iluminação nem saneamento básico. **Adezimar de Lima Santos**, presidente da Sociedade Melhoramentos de Ilha Caraguatá –Cubatão, comentou ser preciso deixar de lado a demagogia, pois, na realidade, a ocupação de Cubatão foi ocasionada pela invasão de área de mangue, e que a maioria das casas não possuía escritura. Comentou, também, que apoiava o projeto porque propunha uma ocupação ordenada, com implantação de infra-estrutura e adoção de cuidados com a preservação ambiental, e que, se outros empresários tivessem essa mesma visão, com certeza Cubatão ofereceria mais empregos e melhor qualidade de vida para sua população. **José Severino da Silva**, representante da Associação Rádio Comunitária Nova Esperança de Cubatão, depois de tecer uma série de comentários sobre a preservação de Cubatão e seu processo de ocupação desordenada, solicitou que os ambientalistas visitassem Nova Esperança para conhecerem um pouco da difícil realidade enfrentada por seus moradores. Concluiu declarando seu apoio ao projeto, que, aos seus olhos, resgataria o exercício da cidadania dos cubatenses. **Daniel Ravanelli Losada**, representante da Associação das Náuticas da Ilha Caraguatá de Cubatão, comentou que, através de projeto de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

educação ambiental, essa entidade já propiciou a visita de mais de 4 mil crianças ao mangue, ecossistema este de grande importância para manutenção das espécies marinhas. Comentou, igualmente, que essa entidade trabalhava, também, com os moradores no sentido de contribuir para que se conscientizassem dos impactos causados ao meio ambiente pelas ocupações irregulares. E, depois de propor que as áreas ocupadas fossem urbanizadas, pois, segundo ele, era preciso crescer com qualidade de vida, declarou o apoio do setor de marinas a esse empreendimento, que tinha, como um de seus objetivos, ordenar a ocupação territorial de Cubatão. Declarou, também, ser fundamental a implementação de programa de capacitação da mão-de-obra local por intermédio de um plano municipal capaz de se tornar semente de uma nova qualidade para as gestões, e que havia necessidade de se construir uma comunicação entre a Ilha Caraguatá e a Rodovia dos Imigrantes, o que contribuiria para que aumentasse o número de visitantes ao único ponto turístico de Cubatão - as náuticas -, dimensão esta do município que poderia contribuir para tornar a Ilha Caraguatá um belo cartão de visita de Cubatão. Declarou, ainda, que, em relação à ação civil pública, os empreendedores apresentaram os títulos de propriedade e demais documentos, e que, portanto, ela deverá ser julgada favorável do ponto de vista da continuação do processo. **Wilian Dias da Silva**, representante da Associação Melhoramentos Mário Covas de Cubatão, comentou a respeito das dificuldades enfrentadas pela comunidade no que concernia aos diversos setores sociais, especialmente no tocante à geração de empregos, e, ao concluir, declarou que a aprovação desse projeto significaria uma esperança de melhoria da qualidade de vida da população local, especialmente da comunidade Mário Covas. **Miriamar Dias da Silva**, representante da Associação de Diabetes Doces Amigos da Baixada Santista, declarou seu apoio a esse projeto, e comentou que a Prefeitura local implementara programa de combate a diabetes e que a aprovação desse empreendimento significaria a manutenção desse trabalho, e que, diferentemente do que disse algumas pessoas, considerava importante o reaproveitamento de alimentos, pois não se tratava de restos, e, sim, de alimentos de qualidade, que poderiam sim ser mais bem aproveitados, ao invés de serem jogados no lixo. Comentou, também, que expectativa gerava sonho, e sonho, em sua opinião, quer dizer vida e que só queria enxergar um futuro próximo para as novas gerações. **Antonio Campos de Souza**, representante da Sociedade de Melhoramentos dos Pilões, comentou que trabalhava com 289 crianças nos Campos dos Pilões e que, há mais ou menos um ano, lhe solicitaram que assinasse documento favorável à implantação do Pátio de Contêineres no Casqueiro, e que, ingenuamente, o fez, mas dias depois foi castigado com a transferência do pátio para outro lugar, e que muitos questionaram sua adesão a essa primeira proposta. Comentou que não era demagógico e que votava favorável à implantação desse projeto, pelo carinho e amor que tinha por sua comunidade, pela cidade de Cubatão e pelo progresso, porque não podia ser contrário a um projeto que beneficiará muitas pessoas com a geração de emprego. Questionou, em seguida, o posicionamento dos ambientalistas contrário a esse projeto, porque, a seu ver, eles deveriam manifestar-se contrários à implantação do Pátio de Contêineres, onde há um mês foi atropelada uma senhora e até agora não foi replantada a árvore que existia ali há mais de trinta e cinco anos. Questionou, ainda, por que aqueles que defendiam o meio ambiente - inclusive a Cetesb - não se manifestaram a respeito desse projeto nem tão pouco em relação ao lançamento de um produto que foi jogado nessa área e que tinha cor de chumbo e que, com certeza, poluirá os rios. Questionou, também, que ninguém se manifestou acerca desses fatos, mas, sim, contrariamente à implantação desse projeto, que criará emprego para a mão-de-obra ociosa existente na cidade. Declarou-se, em seguida, favorável aos moradores de Água Fria e sugeriu que os ambientalistas e o Poder Público lutassem a favor de Cubatão, especialmente a favor dos moradores da periferia, e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

argumentou que quem colaborou para que a ambientalista que se manifestou contrariamente à geração de emprego em Cubatão realizasse seu trabalho foram os moradores de Cubatão ao elegê-la e aos atuais representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, e que, portanto, ela não deveria ser contrária à melhoria da população de Água Fria, inclusive na hora das doenças. Ao concluir ratificou seu posicionamento favorável à implantação desse projeto. **Zuma dos Santos**, representante da Associação Teto e Chão da Baixada Santista e Cubatão, comentou que se estava exercitando a democracia e que sua comunidade, com suas quarenta e sete entidades, era favorável ao projeto “Ceasa Já!”, porque se lutava há doze e se tinha esperança de que ele seria implantado e que a população de Cubatão não deixaria essa esperança morrer nunca. Comentou que a Secretaria do Meio Ambiente, chefiada pelo grande físico Professor José Goldemberg, não estaria promovendo essa audiência se não se tratasse de projeto sério e que mentisse para a população. Pediu à comunidade que lutasse por sua implantação, porque todos queriam um meio ambiente saudável e queriam também esse projeto, porque ele geraria emprego e implantaria o programa social que atenderia às necessidades dos moradores da periferia de Cubatão. Ao concluir clamou a todos que participassem das audiências e das reuniões do Consema que discutiriam esse projeto. **José Gonçalves**, representante da Associação Melhoramentos Jardim 31 de Março de Cubatão, comentou que em 1992, quando exerceu a vereança nesse município, conheceu o Engº José Lopes, que já trabalhava nesse projeto, e que, na época, juntamente com vários outros vereadores, manifestou-se favoráveis a esse projeto. Comentou, ainda, que acompanhou a luta desse engenheiro como também as informações que ele ofereceu no início dessa audiência, e que gostou quando disse que, atualmente, era inviável se entrar na cidade para abastecer o carro em algum posto ou comer um lanche em alguma lanchonete, porque ela era muito mal projetada. Observou que o projeto do Ceasa era muito bom, inclusive porque, com a construção dos acessos, auxiliaria a população da Ilha Caraguatá, e também em virtude da grande luta que vinha sendo travada, inclusive com um abaixo-assinado que continha 40 mil assinaturas, da qual constava a sua, e que não era agora que deixaria de apoiar um projeto tão importante e bonito como esse. Comentou, ainda, que diferentemente do que havia dito a companheira que o antecedeu, não eram quarenta e sete, mas, sim, cinquenta e três entidades que estavam apoiando esse projeto e que, com certeza, se iria até o fim, porque ele ajudaria a cidade com a criação de empregos, ou seja, melhoraria a situação de muitos, embora isso não ocorresse imediatamente. Declarou que aproveitava essa oportunidade para fazer um apelo aos ambientalistas que tanto criticam esse projeto para que se unam e, junto com o Departamento Jurídico, resolvam essa ação pública, pois era preciso se unir em prol de Cubatão, porque esse projeto só traria melhorias e crescimento para toda a cidade. Declarou, também, que fazia um outro apelo aos empreendedores, para que agissem, como agiu a Petrobrás, promovendo a qualificação da mão-de-obra local para que ela pudesse ocupar os postos de trabalho que serão criados. Ao concluir deu os parabéns a todos que participavam desse projeto, inclusive aos técnicos da Prefeitura que auxiliavam os empreendedores. **José Antônio Barbosa**, representante da Associação Comunitária Fazer e Cultura do Jardim Nova República de Cubatão, comentou que, de modo geral, era muito preocupado com os projetos, porque aquele que foi implantado na Vila Parisi não gerou os empregos que haviam sido prometidos, mas que, mesmo assim, anteriormente se manifestara favorável ao projeto que estava em discussão. Declarou que dava parabéns aos empreendedores e pediu que, efetivamente, não agissem como grande parte dos empresários que tinham indústrias instaladas no município e que traziam mão-de-obra de fora para ocupar os postos seus trabalho, não empregando os trabalhadores desempregados que moravam no município e que eram em torno de 18 mil. **Ivan da**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Silva, representante da Associação de Melhoramentos Água Fria de Cubatão, comentou que se manifestava favoravelmente ao empreendimento tanto pela sua importância como pelo fato de os empreendedores serem da cidade, mas que pedia desculpas a algumas pessoas que não sabiam que a população do Bairro de Água Fria vinha sendo submetida a um massacre psicológico, porque ela, embora fizesse parte do meio ambiente, vinha sofrendo pressões e seus direitos não vinham sendo respeitados. Comentou que a população conhecia a hombridade do Professor José Goldemberg, Secretário de Estado do Meio Ambiente, o qual conhecia os problemas da população, e que agradecia também a seriedade do Secretário do Município de Cubatão, Coronel Belo, que reconheceu a necessidade dos moradores, mas externou as dificuldades existentes devidas à legislação ambiental, a qual não respeitava o ser humano. Declarou que pedia perdão a todas as autoridades, porque a manifestação da entidade pareceu desordeira, mas foi simplesmente humana, pediu melhorias urgentes para a estrada de terra batida, o que prejudicava o acesso de ambulância, de viaturas da polícia e, inclusive, do sistema viário. Ao final declarou-se favorável ao projeto e agradeceu a todos pelo desabafo. **Ednei Manoel de Souza**, representante da Sociedade Melhoramentos da Vila São José de Cubatão, comentou que era solidário ao companheiro que se manifestou anteriormente, porque o acompanhou quando o meio ambiente quis colocar por terra a unidade básica de saúde que fazia valer o direito das pessoas, e, pelo que sabia, a saúde estava em primeiro lugar. Comentou que ouviu atentamente tudo o que foi dito e viu algumas pessoas desrespeitarem a opinião do outro. Comentou que se vivia em um país democrático no qual se deveria respeitar a opinião do outro e não concordava que se dissesse que quem queria esse projeto era idiota e que estava ao lado desse projeto e que idiotas eram aqueles que punham o freio no desenvolvimento da cidade, posicionando-se como ambientalistas. Comentou que sempre viveu em Cubatão e defenderia sempre seu desenvolvimento. Observou que algumas pessoas chamaram a Agenda 21 de balela, mas que discordava desse pronunciamento, uma vez que considerava essa agenda um sonho e dela participava. Referiu-se a um manifestante que disse ser vazia a alma daquele que não tinha sonho, mas que ele possuía a alma cheia de sonhos e os realizaria. Declarou que lutaria por esse projeto, falaria para a comunidade sobre sua importância e que nunca negou para ninguém que morava em Cubatão e sempre dizia que ela não estava poluída e se desenvolvia para se tornar uma cidade-modelo, como Curitiba. Comentou que via, no dia a dia, as pessoas que eram favoráveis a esse projeto lutando pela melhoria de Cubatão e aquelas que eram contrárias não eram vistas, usavam os moradores da periferia para fazer política e pedir votos. Declarou que essas pessoas não sabiam o que era fome, não sabiam o que era não ter luz à noite, não sabiam o que era ficar sem água, lutar pela sobrevivência, pois nasceram em berço de ouro e acham que eram bons. **Condesmar Fernandes de Oliveira**, representante do Movimento em Defesa da Vida da Baixada Santista, comentou que a entidade que representava era muito antiga e que militava no ambientalismo e que ouviu muitas críticas às entidades ambientalistas e reconheceu muitas pessoas ligadas à militância, ao setor empresarial e ao sistema de meio ambiente. Reiterou que reconhecia muitas pessoas, algumas ligadas ao movimento organizado, outras não, e se perguntava sobre o que havia de verdade e o que havia de mentira em tudo isso. Declarou que não eram os ambientalistas que estavam de paletó e gravata e estavam ganhando muito dinheiro com esse empreendimento. Declarou que também não era a população de Cubatão que foi trazida que ganharia dinheiro com esse empreendimento. Declarou que, no entanto, havia muitos senhores sentados nessa audiência que ganhariam muito dinheiro e que esse empreendimento não geraria muito emprego. Argumentou que era verdadeira a afirmação daquele manifestante que disse que restos de verdura seriam distribuídos para a população de Cubatão. Declarou que restos de alimentos, que, em muitas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

partes do Mundo eram dados para os pobres, esses, sim, seriam distribuídos. Comentou, também, que, se se fosse falar de segurança alimentar – e sabia do que estava falando -, os empreendedores não poderiam proceder dessa maneira. Comentou que outro aspecto que considerava extremamente importante dizia respeito às irregularidades contidas nesse projeto, como foi referido por algumas entidades, entre elas a OAB e as entidades ambientalistas do Consema, e que tais irregularidades concerniam à ocupação, por esse empreendimento, de área de manguezal e área de preservação permanente, que, curiosamente, possuíam um proprietário, o que muitos dos presentes gostariam de ter. Comentou que, quando a população pobre ocupava áreas como essa, recebia um tratamento, mas, quando um empresário ocupava áreas como essa, eles diziam que detinham o domínio cartorial desde o século XIX, e isso era uma farsa. Argumentou que a família Peralta é conhecida na região por isso, pois existe uma aldeia indígena no município de Bertioga cuja área, segundo a família Peralta, é de sua propriedade. A família Peralta se diz igualmente proprietária de um manguezal no município de Praia Grande e nela pretende construir um aeroporto. Declarou, também, que essas eram as questões a serem discutidas. Questionou, igualmente, a quantidade de caminhões que trafegariam dentro da cidade, perguntou sobre a poluição que esses veículos produziram, perguntou sobre a qualidade do ar de Cubatão e a presença nele de material particulado e a pertinência, tendo em vista tais condições, de se instalar nessa área uma central de distribuição de alimentos para toda a Baixada Santista. Comentou que, há alguns anos atrás, o Ceagesp de São Paulo, consultado sobre a necessidade e a viabilidade econômica da instalação de uma central de alimentos em Cubatão, afirmou que ela não se fazia necessária, e que essa consulta feita aos distribuidores de alimentos da região teve a mesma resposta. Declarou que igualmente o Terminal de Pesca de Santos, quando consultado sobre a necessidade de o pescado de Santos sofresse esse traslado para Cubatão, alegou que não pretendia instalar-se nesse município. Declarou que, com base nessas informações, lhe parecia mais sensata a referência feita anteriormente sobre quais seriam os reais interesses existentes por trás desse empreendimento e que essas questões deveriam ser pensadas. Ao final declarou que a população de Cubatão deveria organizar-se e não buscar sua segurança nesses empresários que moravam em Santos, na Avenida Paulista e, até mesmo, em outro país, e não em Cubatão. Passou-se à etapa em que se manifestam as pessoas em seu próprio nome. **Suzete Miranda de Lima** comentou que ouviu, várias vezes, durante essa audiência a palavra temerário, e perguntava se temerário não significava prometer à população do país três refeições por dia, prometer acabar com a corrupção e todo o dia estourar um mensalão. Argumentou que se estava em Cubatão, e não em outra cidade, em outro país. Comentou que defendia esse projeto e que, embora alguns dos empreendedores do Grupo Peralta a chamassem de comunista e a discriminassem, em virtude de sua história como ex-Vereadora, coordenadora do movimento contra o desemprego e pela moradia e fundadora da Associação das Vítimas da Poluição. Declarou que não era ambientalista de última hora, porque, na época em que quem denunciava a poluição era taxado de subversivo havia poucos, e, agora, com a democracia plena, tornou-se fácil ser contrário ao desenvolvimento e à solução dos problemas. Comentou que, em 1991, quando exercia a função de Vereadora esteve várias vezes à procura do Eng^o José Lopes com a proposta de que se implantasse um projeto na área onde será implantado esse empreendimento e que tal projeto previa a instalação de pequenas e médias empresas não-poluentes que trouxessem mais empregos, principalmente para a mão-de-obra feminina. Declarou que isso não foi possível, e que já se passaram quinze anos e, de lá para cá, muitas vezes se juntaram. Declarou que aqueles que compareceram a essa audiência em busca de esclarecimentos sobre o projeto teriam todas as suas dúvidas esclarecidas e aos outros que compareceram, não por possuírem dúvida, mas, sim, por



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

sentirem medo, tinha a dizer que nosso país e seu povo não poderiam continuar vivendo de esmolas, de bolsa disso e bolsa daquilo - e nosso país se tornou o país do vale-tudo -, e essa realidade instalada se devia ao fato de muitos terem medo de ver a população empregada porque perderão o seu discurso sobre a miséria alheia. Declarou, ao concluir, que os filhos do Mundo eram seus também, o leito que lhes faltava, a fome que os assolava, e eram seus filhos também aqueles que não tinham casa como ela. Declarou que, embora tivesse vivido no poder durante quinze anos, não se havia corrompido. Comentou que, com o tempo, aqueles que haviam insinuado que ela se havia corrompido engoliram o que disseram, porque o senhor do tempo era a verdade. Repetiu as palavras que havia anteriormente pronunciado, que eram: que os filhos do Mundo eram seus também, o leito que lhes faltava, a fome que os assolava, os que não tinham casa, que não tinham trabalho, os que nada tinham, formavam uma legião de pessoas amadurecidas e prontas a dizer que venha o desenvolvimento, porque, quando eu sentar à mesa, todos poderiam lembrar-se do filho dos irmãos, dos filhos dos vizinhos, dos filhos dos trabalhadores porque todos tinham o que comer, uma vez que o empreendimento da Brasterra dará dignidade, trabalho e desenvolvimento. Comentou, também, que, se dessa vez, for necessário ter acampamento, aqueles que eram favoráveis ao projeto acampariam. Observou, ainda, que a hora é agora e que não se deveria deixar passar mais quinze anos de miséria e deixar que alguns continuassem a discursar em cima da miséria do povo. Concluiu com a afirmação de que era favorável ao projeto apesar do próprio Grupo Peralta a discriminar. **Simone Tenório** comentou que todos se sentiam inseguros em virtude das alterações que o projeto sofrera e que todos compareceram à audiência para discutir esse projeto, mas, na verdade, ele não oferecia segurança nem tranquilidade, porque não era claro. Argumentou que todos trabalhavam, alimentavam os filhos e a acreditavam na cidade, mas, enquanto cidadãos cubatenses se mobilizavam, os políticos continuavam os mesmos, sem representar a comunidade. Comentou, que, na verdade, os empresários construiriam universidades, shoppings e empreendimentos mais interessantes em outras cidades, e não em Cubatão, destinando a esse município apenas os restos que ninguém queria. Argumentou, ainda, que, se todos ainda pensavam em turismo e em coisas belas, não era o Pátio de Contêineres que os satisfaria. **Tonico Barbosa** declarou que fazia parte de uma organização não-governamental que lutava pelo desenvolvimento. Declarou, também, que lamentava a ausência da imprensa, pois se tratava de uma audiência muito importante, pois discutia o desenvolvimento do município e da região. Declarou que não podia discutir o projeto porque essa não era a sua área, mas que, como comunicador, estava muito à vontade, porque tinha trabalhado com o Grupo Peralta e que sua postura era responsável por tudo isso que estava sendo apresentado sobre o projeto. **Maria de Lourdes Santos Losada** comentou que, para comparecer a essa audiência, precisava se ter coragem e essa qualidade ela possuía. Comentou, também, que a visão apresentada da família Peralta – que começara vendendo banana – era muito romântica e que era realmente importante se pensar que muitas pessoas que começaram a vida vendendo banana continuavam exercendo essa atividade até hoje, o mesmo acontecendo com o pedreiro que construía casas e não tinha sua própria casa, aquele que trabalhava na montagem de automóveis e que não possuía nenhum carro. Comentou que pretendia, com isso, reconhecer que essas pessoas que não tiveram o sucesso que obteve o Grupo Peralta eram tão importantes quanto essa família, e que essa visão romanceada para dar uma aura romântica ao projeto deveria ser deixada de lado, porque não dava para enganar a mais ninguém. Comentou, também, que fazia parte da política do sim, que nasceu em Cubatão, vivia em Cubatão e que só tinha ido à cidade de Santos para nascer, morando há 47 anos nessa cidade, lutando um pouco por ela e que, por esse motivo, compareceu à audiência. Comentou que era



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

favorável ao sim pela vida, ao sim pelo lazer que os jovens de Cubatão não tinham, ao sim pela educação, ao sim pelo ensino profissionalizante no município, ao sim pelo emprego, e ao não ao pátio de contêineres. Comentou, ao final, que todo o empreendedor, no sistema capitalista em que vivemos, só visavam o lucro, e que, portanto, não se deveria alimentar a idéia de que eles eram bonzinhos e que estavam em Cubatão porque almejavam o bem dessa cidade. Comentou, igualmente, que não possuía conhecimento técnico para falar do projeto, como o tinham outras pessoas que se manifestavam, motivo pelo qual pedia que lhe explicassem o que era porto seco, se compensação ambiental era a contrapartida de perda ambiental e se a afirmação “vai ter contêineres” significava a mesma coisa que pátio de contêineres. **Murilo Tenório** comentou que muita gente vinha de fora para arrancar o dinheiro de Cubatão e depois ia embora. Finalizou afirmando que como jovem defenderia sempre os interesses e o desenvolvimento de Cubatão, que pertencia ao povo cubatense, que bem sabia como defender-se da degradação ambiental sem contudo deixar de lado seu constante desenvolvimento. **Melissa Tenório** declarou que, apesar de ter apenas 14 anos, tinha acompanhado detalhadamente o processo de desenvolvimento do Ceasa e que ele causaria, sim, degradação ambiental à Cubatão, e que os empreendedores deveriam se preocupar em dizer verdade à população, deixando de iludi-la com falsas promessas de empregos. **Agrinaldo Rocha da Silva** declarou seu apoio ao posicionamento das associações de bairro que se haviam manifestado e considerou falta de ética e de respeito para com a população a atitude de antigos funcionários da Cetesb que deixaram de defender o meio ambiente e a população para fazerem parte da equipe desse projeto. Declarou que todos deveriam lembrar-se da manifestação dos jovens contrária a esse projeto e, também, no futuro dos filhos e netos, e que o município de Cubatão não havia ainda se desenvolvido em decorrência da manipulação dos empresários que faziam parte de uma elite corrupta que, desde o ano de 1500, “sacaneavam” o país. Declarou, igualmente, que era justo que as entidades de bairros lutassem pelo emprego que poderia ser criado com a instalação e o funcionamento desse empreendimento, e que o Estado já deveria ter criado mecanismos que gerassem postos de trabalho para fazer frente ao processo de globalização, que tem levado o Brasil e o Mundo a um processo crescente de miserabilidade e de corrupção. Enfatizou que Cubatão possuía munícipes esclarecidos, que pensavam e não eram facilmente manipulados, pois tinham dignidade e compromisso com o Brasil, com sua consciência e com o futuro de seus filhos. Lamentou, ao final, que o projeto pertencesse a um latifundiário português, que só pretendia tirar proveito econômico de Cubatão. **Alexandre Pereira de Lima** declarou apoio ao processo de urbanização do Ceasa, principalmente porque ele geraria emprego e chamou atenção para outros benefícios que seu funcionamento traria, como opções de lazer para a população. **Luiz Carlos de Andrade** declarou que há vinte anos a economia nacional não crescia, e que se deveria romper com essa estagnação. Observou, em seguida, que, assim como os médicos cometiam alguns erros, também se poderia atribuir aos economistas alguns erros econômicos, quando afirmavam que o índice de empregos tinha crescido, porque tal atitude era uma desonestidade. Comentou, também, que o Estado era laico e quem tomava o poder era a sociedade e que o setor público precisava de técnicos competentes para não serem manipulados. Argumentou, ainda, que o projeto fora bastante reduzido, pois, em um primeiro momento, se declarou que seriam construídas 5 mil casas e, agora, se dizia que seriam construídas apenas 1 mil, o que se devia àqueles que eram contrários ao progresso de Cubatão. Declarou, ao final, que defendia o projeto, porque ele significava uma oportunidade concreta de crescimento. **Oswaldo Avelino dos Santos** declarou que o Município de Cubatão não possuía nenhum projeto habitacional e que não entendia e que esse empreendimento contribuiria para melhoria do bairro da Água Fria, além de não poluir o rio.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Comentou que os ambientalistas deveriam não só criticar, mas, também, propor soluções para os problemas, especialmente para a área habitacional de Cubatão, sugerindo parcerias com o Poder Público e que era preciso garantir que, pelo menos, 70% dos empregos a serem gerados pelo Ceasa fossem preenchidos pela mão-de-obra disponível em Cubatão. **Anilton Barbosa Ferreira**, depois de declarar seu apoio ao projeto pelo fato de que ele geraria empregos, comentou que, quando criança, conheceu as terras pertencentes à família Peralta e testemunhava que, nelas, não havia a presença de índios, e que os Peralta eram pessoas muito simples e humildes, mesmo agora que se tornaram empresários, e que não tinham o objetivo de explorar, mas, sim, de implantar um bom projeto na cidade Cubatão, gerando empregos e absorvendo a mão-de-obra local. **Marilda Canelas** comentou que não cabia à população discutir a titularidade de determinada área ou propriedade, mas, sim, ao Ministério Público e aos órgãos do Poder Legislativo, e que o Grupo Brasterra tinha competência para defender seus próprios interesses. Declarou, também, que, em relação à ocupação histórica de Cubatão, todos sabiam que se deu de forma totalmente desordenada, que Ponte Nova era um grande manguezal assim como outras regiões que foram aterradas ao longo dos anos, e que hoje era impossível se imaginar o Casqueiro sem a Ponte Nova, pois este bairro lhe conferiu estatuto diferenciado, pois se tratou de uma ocupação ordenada, com ruas e casas de boa qualidade. Comentou, igualmente, que, considerando o histórico da ocupação desordenada da cidade, que gerou favelas e habitações de péssima qualidade, não se poderia garantir que, se essa área onde se pretendia implantar o empreendimento não tivesse dono, ela não se teria transformado em uma favela. Comentou, também, que os empresários não eram assistentes sociais - atividade esta que deveria ser desenvolvida pela Prefeitura - e que se vivia uma economia de mercado, que buscava o lucro, e que isso não era crime. Comentou, ainda, que cabia, sim, a cada cidadão, a tarefa de acompanhar o projeto, pois se tratava de habitação e de geração de empregos, mas que, também, não se deveria esquecer que, pela primeira vez, que se tinha em Cubatão um projeto com responsabilidade social, preservação, compromisso ambiental e amplamente discutido. Chamou atenção para o fato de esse complexo industrial conter indústrias de transformação, o que era fundamental para a geração de emprego, o que levou a que o Ceasa sofresse uma redução. **Celso Garagnani**, depois de tecer elogios sobre o sistema de licenciamento ambiental, no qual todos tinham a oportunidade democrática de discutir os projetos, e sobre a qualidade dos diagnósticos ambientais e sociais elaborados para esse empreendimento, comentou que cabia a cada um dos presentes a tarefa de questionar o projeto, apontar as falhas e contribuir com sua melhoria, e não, simplesmente, utilizar a tribuna para dizer que era contrário ou favorável. Comentou, ainda, que Cubatão cresceu e se desenvolveu em virtude do esforço de alguns empreendedores que apostaram na cidade, e que esse mesmo espírito empreendedor poderia possibilitar, novamente, o crescimento e o desenvolvimento dessa cidade, ao criar novas oportunidades de empregos e de conquistas na área social. Ao finalizar, declarou que, por todos esses motivos, manifestava seu apoio ao projeto. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder legislativo. **Márcia Rosa**, Vereadora do Município de Cubatão, comentou que todos eram filhos do mesmo ecossistema, ou seja, do Planeta Terra, todos pertenciam à mesma raça. Declarou, também, que, na verdade, o que se discutia nessa audiência era somente o Ceasa, que correspondia a apenas 3% do empreendimento, pois os outros 97% seriam destinados à área empresarial, voltada para o comércio exterior, com empresas de logística, entre outras, sobre as quais, até o momento, não foram oferecidos esclarecimentos. Comentou, em seguida, que essa audiência mais parecia uma luta de classes, embora seu objetivo fosse a melhoria da qualidade de vida em Cubatão. Comentou, também, que, em relação à geração de novos postos de trabalho, apesar



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

de Cubatão ser um grande pólo gerador de empregos, com cerca de 70 mil postos de trabalho no parque industrial, a cidade registrava elevado percentual de desempregados. Comentou, ainda, que lamentava muito o fato de a população encontrar-se dividida em grupos distintos, pela defesa que faziam dos interesses dos bairros em que viviam, e que era fundamental se discutirem os fatos, pois a maior espoliação que existia era a espoliação da verdade. Comentou, igualmente, que parecia que as audiências públicas estavam servindo de subterfúgio legal para convencer o Poder Judiciário de que a ação civil pública pendente deveria cair, e que, se isso ocorresse, era preciso resolver a pendência judicial referente ao Bairro da Água Fria, que possuía uma comunidade consolidada, embora não tivesse acesso às condições de vida garantidas pelo Artigo 5º da Constituição Federal, e que seria fundamental que a discussão dessa questão fosse feita com maturidade e seriedade, e não da forma teatral, com palmas e vaias, como ocorria na discussão desse projeto. Argumentou, ainda, ser preciso discutir-se, fundamentalmente, o que a população não queria no projeto e também a implementação da Agenda 21, pois era responsabilidade de cada cidadão defender a preservação da Natureza para as atuais e futuras gerações. **Adeílson Deodoro dos Santos**, Vereador do Município de Cubatão, comentou ter nascido e se criado em Cubatão e morar em Vila Parisi e que sempre pautou sua atuação em defesa dos direitos da população cubatense. Comentou que, no início do processo de licenciamento ambiental desse projeto, a direção da Brasterra esteve na Câmara Municipal de Cubatão e na Sociedade Melhoramentos do Jardim Casqueiro, para apresentá-lo a esses diferentes públicos, e que, em cada uma dessas reuniões, ofereceu informações diferentes acerca da implantação ou não de pátio de contêineres, o que igualmente aconteceu com o representante da equipe responsável pelos estudos ambientais, o engenheiro Sérgio Pompéia. Comentou, igualmente, que o cidadão cubatense sabia o que era bom ou não para o município e que estava discutindo apenas os 3% correspondentes ao Ceasa, e que era preciso discutir-se o restante, ou seja, o que seria feito nos 97% restantes do terreno, pois poderia vir a abrigar qualquer tipo de atividade. Comentou, ainda, que era preciso que a população solicitasse que o projeto contasse também com empreendimentos de lazer, como shopping-center, cinemas e outras opções de entretenimento, suprimindo a grande demanda existente, pois sua população, especialmente os mais jovens, tinha de se deslocar para outras cidades da região em busca de atividades dessa natureza. Comentou que muito se falava sobre os aspectos positivos do projeto, entre eles a sustentação ao Porto de Santos, mas que, na realidade, Cubatão já se havia cansado de servir de “quintal” de Santos, e que era preciso resolver os problemas locais, voltar-se para as necessidades do município, entre elas a construção de moradias. Questionou onde seriam aplicados os recursos provenientes da compensação ambiental, porque, no seu entendimento, elas destinar-se-iam a Boracéia e a Bertioga, mas deveriam ser aplicados no Horto Municipal de Cubatão. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. **Ricardo Felipe Lascane**, Secretário Municipal da Indústria, Comércio, Porto e Desenvolvimento de Cubatão, comentou que, na condição de representante do Prefeito do Município, declara apoio ao projeto, e que, da mesma forma, defendia pessoalmente sua implantação, pois era raro que a Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Porto e Desenvolvimento, recebesse pedidos de implantação de projetos desse porte. Comentou que considerava absurdo o fato de esse projeto aguardar aprovação há doze anos, e que a essa demora a família Peralta havia bravamente resistido, e que era raro se ver um empresário insistir tanto tempo em um empreendimento que traria benefícios à população de Cubatão, que era tecnicamente embasado e sustentável. Observou, também, que confiava também nos técnicos que assessoram esse projeto, entre os quais os engenheiros José Lopes e Sérgio Pompéia, cujo procedimento técnico não reprovava, pois tanto nesse projeto como na condição de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

funcionário da Cetesb se mostrara coerente na defesa que fazia do meio ambiente. Comentou, igualmente, que cabia à Justiça discutir a titularidade da área onde seria implantado o projeto, e não à municipalidade, a essa caberia trabalhar e batalhar pela vinda de novos empreendedores que significassem investimentos na cidade e que fossem capazes de gerar empregos para as atuais e futuras gerações de cubatenses. **Eduardo Silveira Bello**, Secretário de Meio Ambiente do Município de Cubatão, comentou que o meio ambiente não vive só de florestas, mas do próprio ar e da própria água. Declarou que qualquer empreendimento que se fizer no meio ambiente gera um dano e que uns se posicionavam contrários a esse dano, outros, favoráveis, porque esses danos poderiam ser compensados com uma ação social. Argumentou que a humanidade se reuniu em vários simpósios internacionais, entre os quais a Eco Rio-92, e estabeleceu diretrizes para o desenvolvimento e preservação que culminaram na Agenda 21 nacional e que Cubatão tinha a sua Agenda 21 local. Comentou, ainda, que era necessário estudar o planejamento daquilo que será feito e que a comunidade de Cubatão tinha importância porque estava fazendo história, principalmente porque, depois das indústrias que se instalaram no município, esse projeto se tratava do primeiro empreendimento que não gerava preocupação ambiental, e que, caso ele não seja implantado por uma ou outra razão, nenhum outro empreendimento será instalado no município, e que todos deveriam ter essa clareza. Argumentou que, ao se perguntar pelo tipo de indústria que se instalará, ninguém sabia, pois, segundo o EIA/RIMA, se instalariam indústrias classe I, ou seja, aquelas que não têm emissão, que não usam água em seus processos e não produzem resíduos. Argumentou, ainda, que, na implantação desse projeto, se algo se transformar em algo diferente do que foi proposto, o Ministério Público resolverá o problema em nome do Poder Público. Declarou que, honestamente, não identificava as questões que eram jogadas de uns para outros e que levavam os cidadãos cubatenses à situação de enfrentamento que se demonstrou hoje. Observou que, até agora, ninguém havia perguntado como se faria a compensação dos danos causados – que fatalmente ocorrerão – na área do empreendimento, e que a obtenção dessa resposta era muito importante, porque, dependendo dela, se teria de brigar para que tal compensação fosse feita no município de Cubatão. Declarou que essa questão era a mais importante e que não defendia a família Peralta, mas que era testemunha de muitos licenciamentos que não se concluíram, porque foram reprovados pelos órgãos ambientais. Argumentou que era diferente a situação desse empreendedor que foi à Cubatão, investiu no processo, e que, pelo conhecimento que tinha de EIA/RIMA, nesse projeto já haviam sido gastos mais de 2 milhões de reais, pois os seus técnicos se incluíam entre os que possuíam maior gabarito no país. Questionou, nesse momento, se essa não era a oportunidade de se dar uma chance aos novos empresários, que tinham consciência ambiental e se sujeitavam a verdadeiras maratonas, pois as leis ambientais eram, atualmente exigentes, e que o importante, nesse momento, era elucidar todas as dúvidas que tiverem acerca desse empreendimento, em vez de simplesmente dizer sou favorável ou sou contrário. Observou que sempre participou das discussões ambientais e que lutava pela preservação e a pessoa que mais admirava era Chico Mendes, o qual, ao responder quando lhe perguntavam qual a música que mais gostava, afirmava que era o Hino Nacional e a que menos gostava era o ranger das árvores que caíam. Comentou que sempre havia a tendência de se menosprezarem os cidadãos populares que, ao usarem a tribuna, falavam errado, mas que ele respeitava, porque a verdadeira língua portuguesa era aquela falada pelo povo. Ao concluir solicitou que os presentes examinassem esse empreendimento, porque, talvez, essa era a extraordinária oportunidade de aprovarem um empreendimento de maneira civilizada e ambientalmente correta, que talvez trouxesse muitos benefícios para a sociedade de Cubatão. Passou-se à etapa das réplicas. **José**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Lopes dos Santos Filho, representante do empreendedor, comentou que, em respeito ao Advogado Fábio Dib, informava que, em relação a esse projeto e à Ação Civil Pública, o empreendedor e ele não estavam temerários porque acreditavam nesse empreendimento e em seus motivos. Argumentou que a origem da Ação Civil Pública estava ligada a dois fatos fundamentais, que eram a titularidade e a informação de que a área onde seria construído o empreendimento caracterizava-se como área de mangue, fatos estavam ultrapassados, porque o diretor do Serviço de Patrimônio da União – e os documentos eram públicos e se encontravam à disposição de qualquer pessoa -, através de certidões do Serviço de Patrimônio da União, atestou que a maior parte da área era alodial e, portanto, não pertencia à União, e a pequena parte que era acrescida por marinha fora ocupada pela Brasterra, e essas terras poderiam ser usadas para qualquer projeto da empresa. Argumentou, também, que, em relação ao mangue, tal área não possuía ecossistemas que a caracterizassem como tal, até mesmo porque se tratava do único projeto que possuía as duas linhas de preamar comprovadas por documentos fornecidos pelo Serviço de Patrimônio da União. Entretanto, na origem dessa ação, afirmou o engenheiro José Lopes, o diretor desse serviço forneceu documento – que constava da Ação Civil Pública, em sua inicial - admitindo que aquela área pertencia à União, só que ele se reportava a um relatório que, também, ele mesmo havia assinado através do qual atestava que, naquela porção do território, as áreas eram alodiais e que, portanto, não pertenciam à União. Argumentou, ainda, que, em relação à titularidade, não entraria nesse mérito, porque se tratava de gozação, pois possuía a comprovação oficial, registros paroquiais, desde 1831 até 1971 - a não ser que o Arquivo Histórico do Estado de São Paulo -, em nome da família Peralta, que comprou essa área da família Cunha Machado. Argumentou ainda que, por essas razões, não considerava temerário prosseguir esse projeto, além do fato de se tratar de áreas independentes. Afirmou que, sobre o licenciamento em curso, havia parecer da Procuradoria Geral do Estado afirmando que esse processo era válido, e que, portanto, no que concernia à parte judicial, tinha advogados – e tinha o orgulho de cumprimentá-los - que pertenciam ao escritório que considerava o melhor do Brasil na área de direito ambiental, que era supervisionado pelo Doutor Edis Milaré. Comentou, ainda, que seriam gerados pelo Ceasa quatrocentos empregos, e que a área de serviços e comércios – aquela que efetivamente gerava empregos sem qualificação ou de fácil qualificação – aumentara muito, o que não foi citado pelos ambientalistas, que também não citaram que o projeto previa o crescimento da utilização da mão-de-obra feminina. Declarou, nesse contexto, que esse projeto não previa pátio de contêineres, porque, se previsse, ele já teria sido instalado há dois anos, e que o investimento na infra-estrutura tornava inviável a venda para esse tipo de negócios: pátios de contêineres e de caminhões. Referiu-se, também, à sugestão da Câmara de Vereadores, e afirmou que o Secretário Municipal de Meio Ambiente era testemunha de que ela fora aceita, tanto é que havia sugerido a ele que deveria lutar pela implementação dessa proposta, qual seja, para que os recursos advindos da aplicação da Legislação do SNUC para compensação ambiental fossem aplicados no município de Cubatão, precisamente no Cotia-Coró. Informou que porto seco não era pátio de contêineres e que haveria contêineres, sim, porque o transporte seria feito por eles, mas que não seria implantado nenhum pátio, quer fosse de contêineres quer seja de caminhões, e que só dizia isso, pois não ia entrar no jogo das pessoas. Informou que o porto seco era uma área “alfandegada”, destinada a receber e exportar, se for o caso, ou a internar mercadorias que possuíam vantagens fiscais, as quais seriam exportadas por contêineres, pois não havia transporte sem esse tipo de veículo. Ao concluir, agradeceu a todos a colaboração e agradeceu, também, aos extremistas, pois não era por aí, porque algumas dessas pessoas possuíam mansões sem registros, pois haviam sido construídas em terreno cedido pela



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

União. **Sérgio Pompéia**, representante da equipe multidisciplinar vinculada à empresa Consultoria Paulista e responsável pela elaboração dos estudos ambientais, comentou que procuraria responder às questões técnicas colocadas sobre os aspectos ambientais do empreendimento. Informou, igualmente, que se reportaria a alguns questionamentos. Argumentou que o primeiro ao que se reportava dizia respeito à afirmação de que a área onde seria instalado o projeto era um manguezal, o que não procedia com base em uma seqüência de fotos antigas e, também, porque o projeto tinha como princípio não ocupar áreas de manguezais e preservar aquelas existentes de forma sustentável, ou seja, sem invasão e sem degradação. A segunda questão à qual se reportava se remetia à afirmação de que caminhões ficariam trafegando pelas ruas e bairros de Cubatão, o que não fazia sentido, porque o empreendimento se localizaria às margens de uma das principais rodovias do Estado, e que, conseqüentemente, os veículos sairiam desse empreendimento e tomariam imediatamente essa rodovia e seriam absorvidos pelo sistema viário. Argumentou que a terceira questão dizia respeito à qualidade do ar de Cubatão, o que constituía uma bandeira do passado, pois Cubatão era o grande exemplo mundial de que é possível reverter e melhorar a qualidade do meio ambiente, pois os jovens que tinham entre 15 e 17 anos não sabiam o que foi o trabalho de recuperação ambiental dessa cidade, a qual seria definitivamente implementada, juntamente com a Agenda 21 da cidade, e que a Estação da Cetesb de Cubatão registrou que a qualidade do ar do centro dessa cidade, durante vários anos, era uma das melhores do Estado. Informou que, no mundo moderno, todas as cargas que eram de interesse para geração de emprego, que eram as cargas manufaturadas, os comércios, aqueles alimentos de alto valor agregado como o café, aqueles produtos que todo o Mundo quer como atividade econômica, só eram transportados por contêineres, e que, graças a Deus, isso acontecia porque eles não caíam pelas estradas, quebrando em seu manuseio e apresentando uma série de problemas, e que o porto seco era justamente o local onde eram manuseados os contêineres. Comentou, também, que, há poucos dias atrás, foi promulgada uma Medida Provisória criando as indústrias “alfandegadas”, que eram aqueles empregos que todo mundo deseja, porque se pegava muita gente para fazer a montagem dos produtos importados, e colocá-los de novo dentro dos contêineres e exportá-los. Argumentou que porto seco foi o grande avanço que o Mundo encontrou para ter uma produção de manufaturados, que era o que interessava às pessoas que queriam trabalho. Argumentou, ainda, que pátio de contêineres do modo como era pensado, ou seja, onde se colocava um monte desses veículos não gerava divisas. Argumentou, também, que a questão relacionada com a compensação ambiental, em Boracéia, era obrigatória, e a grande compensação ambiental no município era a preservação do mangue, de forma sustentável, evitando-se invasão e degradação. Argumentou, também, que, em relação à necessidade ou não de um Ceasa na região, se tinha de levar em conta que o empreendedor era da rede de supermercado e sabia que não iria rasgar seu dinheiro se investisse nesse campo. Argumentou, também, que, no EIA/RIMA, se trabalhava com o número máximo ao se fazer cálculo de quantas pessoas trabalhariam, e isso, com base, nos equipamentos e na infra-estrutura que seriam implantados, e que, com base nesses dados, chegou-se ao resultado constante no EIA/RIMA. Argumentou, ainda, que os hotéis e os *shopping centers* serão integrados, de forma sustentável, a esse projeto, formando um complexo, como se via em outros lugares do Mundo. Argumentou, igualmente, que a sustentação do empreendimento se ligava ao seguinte fato: os recursos para implantação da infra-estrutura e para a manutenção do manguezal, por exemplo, não seriam fornecidos pelos Poder Executivo Municipal, Estadual ou Federal, mas, sim, pelos empreendedores, os responsáveis pelo complexo de empreendimentos que seria instalado, e nisso consistia a sustentação econômica do empreendimento. Comentou que há duas formas de se melhorar



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

uma cidade: ou fazendo um crescimento planejado da cidade, com harmonia entre as atividades, o que melhorará a qualidade de vida e agregará comércio, serviços, pois haverá pessoas saindo e entrando nela, ou gerando empregos, e uma das preocupações dos estudos ambientais foi avaliar as condições para criação de emprego que atendessem à mão-de-obra local. Argumentou que a Agenda 21 constituía um instrumento de gestão e que o EIA/RIMA era absolutamente coerente com aquela estabelecida pelo município de Cubatão. Argumentou, ao concluir, que conhecia a maioria das pessoas que estavam nessa audiência e, para elas, dizia que era um profissional, que teve muita honra de trabalhar na Cetesb e na Secretaria do Meio Ambiente do Estado, e que, em 1994, o primeiro parecer emitido por essa Secretaria havia sido elaborado por ele e esse documento atestava que o empreendimento analisado era bom, mas se tornava necessário ampliar as áreas verdes, porque se tratava de área sensível. Argumentou, também, que ninguém diria há alguns anos que Cubatão defenderia sua vocação turística, porque a Ilha de Guataramatã poderia ser melhorada com a implantação de marinas. Comentou, nesse contexto, que, posteriormente, em um debate na televisão defendeu esse empreendimento porque ele havia melhorado, e muito, do ponto de vista ambiental, e que, portanto, com tranqüilidade dizia a todos presentes que conhecia que esse empreendimento era bom, que ele organizaria o crescimento da cidade e que funcionaria como uma semente, porque ele iria espalhar-se. Em seguida, **Germano Seara Filho**, Secretário-Executivo do Consema, declarou que todos aqueles que quiserem colaborar com o projeto tinham ainda cinco (5) dias úteis para fazê-lo, contados a partir da data dessa audiência, e que essa colaboração poderia ou ser encaminhada pelos Correios para a Secretaria-Executiva do Consema ou protocolada diretamente nesse setor. Foram entregues dois documentos: um escrito e entregue pela ex-Vereadora Suzete Miranda (mas que não foi assinado) e outro intitulado “Programa Sócio-Comunitário de Capacitação Profissional e Inclusão Alimentar Ceasa-Cubatão”. O Secretário-Executivo declarou, em seguida, que haviam sido cumpridas todas as etapas da audiência, após o que agradeceu, em nome do Secretário do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Prof. José Goldemberg, a presença de todos. Eu, **Paula Frassinete de Queiroz Siqueira**, Diretora da Divisão de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do Consema, lavrei e assino a presente ata.

ARP